

**Parecer nº 73/98**

Data: 1998.06.17

Processo nº 407

**Requerente:** Ermelinda da Conceição Martins do Vale.

**I - O pedido**

Ermelinda da Conceição Martins do Vale, identificada no processo, requer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso ao relatório clínico relativo aos períodos de internamento no Hospital de Santa Maria bem como à doença que afectava Júlio José Soares do Vale, seu marido, que faleceu naquele Hospital em 98.05.06.

Declara que pretende o mencionado relatório “para solicitar que lhe sejam perdoadas, diminuídas ou que lhe seja permitido pagar em prestações dívidas contraídas por seu marido à cooperativa CHE - Unidade do Povo relativas ao valor de rendas mensais da sua casa de habitação, com fundamento nesses internamentos e doença”.

**II - Os factos**

Considera-se provado o vínculo conjugal através da junção a este processo de fotocópias do bilhete de identidade da requerente e do assento de óbito de Júlio José Soares do Vale.

Com a junção ao processo de uma declaração emitida pela CHE – Unidade do Povo CRL, também se considera provado o facto, alegado pela requerente, de que necessita de aceder aos documentos clínicos em causa para solicitar àquela cooperativa que lhe seja perdoado ou facilitado o pagamento de dívidas que foram contraídas pelo seu falecido marido.

### **III - O Direito**

A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas desde que satisfaçam as seguintes condições:

- que demonstrem interesse directo e pessoal (nº 2 do artigo 7º);
- que a invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (nº 3 do artigo 8º);
- que indiquem um médico através do qual devem ser prestadas as informações requeridas (nº 2 do artigo 8º).

É posição assente da CADA que o interesse directo e pessoal existe sempre que os dados clínicos contidos no documento a que se pretende aceder se destinem a fazer valer direitos ou a contestar obrigações eventualmente decorrentes de factos relativos à pessoa a quem dizem respeito.

A finalidade invocada permite, assim, fundamentar o interesse directo e pessoal da requerente no acesso a tais dados pessoais.

### **IV - Parecer**

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso de Ermelinda da Conceição Martins do Vale ao relatório clínico de seu falecido Júlio José Soares do Vale, arquivado no Hospital de Santa Maria, o qual deve ser facultado através de médico a designar pela requerente.

Envie-se o presente parecer à requerente e ao Hospital de Santa Maria.

Lisboa, 17 de Junho de 1998.

*Branca do Amaral (Relatora) – José Magalhães - João Figueiredo – Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – João Labescat - Castro Martins (Presidente)*

